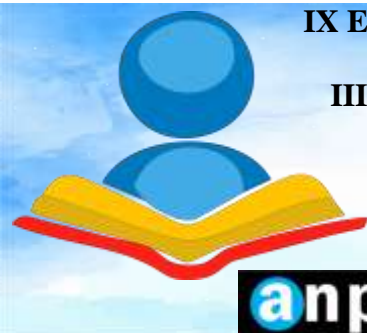


IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ASPECTOS NEOLIBERAIS

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva¹

Elione Maria Nogueira Diógenes²

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no cenário neoliberal no Brasil. O objetivo é o de identificar aspectos neoliberais na BNCC de modo a compreender o processo de consolidação do Estado neoliberal e, conseqüentemente, na formulação das políticas educacionais, destacando os principais objetivos dos organismos internacionais e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, visto que, esse documento implica na formação dos sujeitos que estão nos espaços escolares. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental, utilizando o aporte teórico dos estudos de Diógenes (2014), Santos (2016), Höfling (2001), Santomé (2003) e Florêncio *et.al* (2009). Concluímos que a BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para financiar a educação básica no país, reduzindo a formação do aluno a preparação para o mercado de trabalho precarizado.

Palavras-chave: BNCC - Políticas Educacionais – Neoliberalismo - Organismos Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

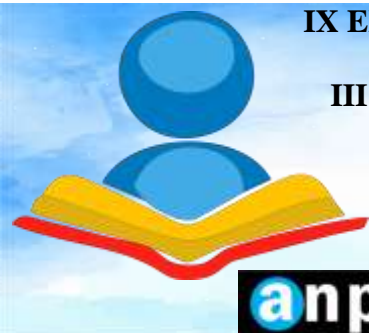
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, caracteriza-se como uma política de caráter normativo/prescritivo para a educação brasileira, determinando os conteúdos comuns para a educação básica escolar (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) no país, ou seja, a BNCC vem impor o que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, tendo como objetivo os ajustes das políticas educacionais de acordo com o modelo de Estado neoliberal e as imposições dos organismos internacionais.

A necessidade de alinhar as políticas educacionais aos preceitos do neoliberalismo fez com que o Ministério da Educação (MEC) determinasse a construção de uma base nacional

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Email: vanessacosta.ufal@gmail.com.

² Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Associada I da Universidade Federal do Maranhão. Email: elionend@uol.com.br.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

comum, utilizando a ideia de um processo democrático e participativo para esconder a realidade dos fatos, bem como ocultar o principal interesse dos organismos internacionais, resultando no fortalecimento do Estado neoliberal no Brasil.

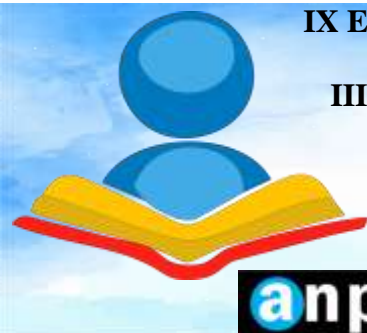
A elaboração do documento da BNCC passou por algumas versões. A primeira foi disponibilizada em 2015, contendo 302 páginas. A segunda versão foi divulgada em 2016, tendo como grande articulador dessa versão o Movimento pela Base Nacional Comum, por meio de contribuições *online* no portal desse movimento. E a terceira e última versão foi homologada em 2017.

A discussão em torno da elaboração da BNCC não surgiu apenas com a elaboração da primeira versão, que contou com a participação de uma comissão de especialistas, representando várias universidades e instituições brasileiras, sendo oficializada através da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, assinada pelo Ministro Renato Janine Ribeiro - professor de filosofia, cientista político, escritor e colunista brasileiro - no I Encontro Interinstitucional sobre a Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, a proposta de uma base nacional comum para a educação brasileira vem sendo debatida há muito tempo com argumentos a favor e contra o referido documento.

A BNCC é uma política que altera a forma dos currículos escolares, a formação de professores, as finalidades da educação, a organização da proposta escolar, dentre outros fatores relacionados a educação, convém aprofundar os estudos acerca do tema, destacando a BNCC como ponto central do fortalecimento do Estado neoliberal, com as reformas ocorridas a partir dos anos de 1990 no Brasil. Uma vez que, todos esses pontos estão articulados com os interesses dos organismos internacionais para a educação, pois está não é apenas uma área social, ela é uma área estratégica e que influencia a o desenvolvimento de todas as outras.

Para isso, o presente trabalho teve como principal objetivo analisar o contexto da BNCC dentro da política educacional neoliberal no Brasil, a fim de identificar o fortalecimento do Estado neoliberal por meio das políticas educacionais, destacando os principais objetivos desses organismos e refletindo acerca da BNCC como uma política normativa para a educação brasileira, visto que, esse documento implica na formação dos sujeitos que estão nos espaços escolares.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

No tópico a seguir, abordamos as características do neoliberalismo, sua implementação no Estado brasileiro e a BNCC como política educacional que vem efetivar os acordos firmados com organismos internacionais desde o período de redemocratização do Estado brasileiro, além das parcerias entre instituições públicas e privadas no processo de elaboração do documento.

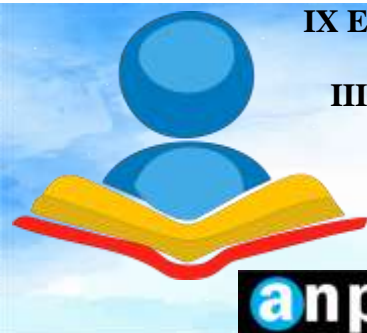
2 A BNCC E O AJUSTE DO ESTADO NEOLIBERAL BRASILEIRO

Desde os anos de 1990, isto é, com o período de redemocratização do Estado brasileiro, a educação vem sendo modificada de acordo com as exigências do Estado neoliberal que se intensifica no país a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Esse modelo pretende diminuir o tamanho do Estado (Estado mínimo) por meio da privatização de órgãos públicos, se submeter as regras da economia mundial e alavancar a competição de modo ilimitado.

Com a implementação do neoliberalismo no Estado brasileiro várias áreas passaram por reformas no sentido de atenderem as demandas desse modelo de economia controlada. Na educação foram diversas as reformas com vistas a efetivar o Estado neoliberal no país. A primeira delas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada pela Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a mais recente das políticas educacionais com esse objetivo foi a BNCC, sendo veiculada como instrumento para melhoria da educação básica do Brasil.

Os defensores da BNCC tem se apropriado do discurso da necessidade de uma educação de qualidade para a educação brasileira, como pode ser observado no texto da apresentação do documento da segunda versão preliminar da BNCC realizado pelo Ministro Mendonça Filho: “Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo” (BRASIL, 2016). O alinhamento aos sistemas educacionais de outros países enfatiza o foco da educação brasileira aos ditames dos organismos internacionais, conforme pode ser visto na apresentação do documento.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

A BNCC, como uma política normativa de cunho educacional, visa a atender a um projeto maior, isto é, um projeto de Estado, de governo e de sociedade, perante um determinado contexto que se relaciona com as relações de poder para qual ela foi elaborada, envolvendo ainda as dimensões administrativa, financeira e pedagógica. Para Santos (2016, p. 101) a política educacional brasileira é “um campo de forças em conflito e um local de contradições diversas entre a ‘forma’, o ‘conteúdo’ e as ‘consequências’ de ações, programas e planos gestados nesse campo”. Tudo isso está relacionado ao modelo do Estado brasileiro e a sua forma de implementar políticas públicas.

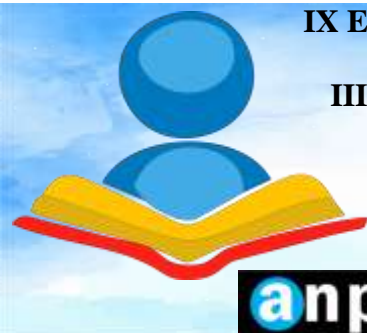
Höfling (2001, p. 31) ressalta que as políticas voltadas para o âmbito da educação “se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social”. A política educacional traz as marcas da concepção de Estado e das relações sociais que este deseja manter. Nesse sentido é importante destacar que existem as políticas de Estado e as políticas de governo. Santos (2016, p. 8), por sua vez, enfatiza que:

Uma política de Estado alude a um plano, uma ação ou um programa educacional com objetivos a longo prazo, elaborado para durar por um período que vai além do exercício político de determinado partido, ou do representante deste, à frente de uma entidade de Estado, em nível municipal, estadual ou federal.

A política de Estado caracteriza-se como estratégias de longo prazo que perpassam vários governos, enquanto que a “política de governo se refere a um programa, ação ou plano desenvolvido para vigorar durante um mandato governamental” (SANTOS, 2016, p. 8), ou seja, esse tipo de política se caracteriza como ações de curto prazo. No Brasil as políticas de Estado, que se refere a uma ação mais longa, costumam ser elaboradas pela esfera federal. Embora, as políticas de governo no âmbito educacional se tornem mais comum no país, devido a configuração política brasileira.

Diógenes (2014, p. 74) ressalta que essa reforma educacional (a de 1990) ocorreu “em consonância, também, com a reconfiguração ou resignificação do mundo do trabalho, para atender à necessidade de formar esse novo homem para um novo mercado de trabalho flexibilizado”, reduzindo o homem a um simples objeto para atender as demandas da economia produtiva e dessa forma as políticas educacionais que compreendem: o currículo; a

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

formação de professores; a gestão escolar; a infraestrutura das escolas; a garantia do acesso e permanência nas escolas; dentre outras, vão se adaptando, reconfigurando e ressignificando a educação escolar.

Os organismos internacionais como o FMI e o BM impõem aos países aliados suas propostas educacionais para que estes se ajustem aos acordos firmados como meio de obter financiamento para a educação. Assim, eles disseminam através de seus discursos a importância da promoção de uma educação de qualidade e os países acabam corroborando e se apropriando de tais ideias com a falácia de se alinharem aos melhores e maiores sistemas educacionais mundiais.

Na BNCC é possível ver como os organismos internacionais estão articulados no documento, impondo suas propostas, como enfatizado a seguir que,

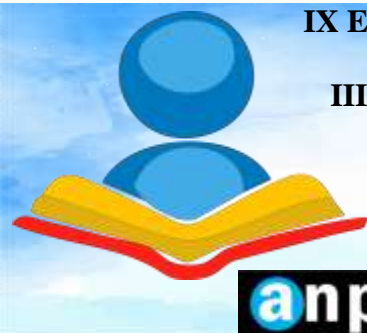
[...] o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (BRASIL, 2017, p. 13)

A materialização dos ideais neoliberais na BNCC, a partir do desenvolvimento de competências e avaliações externas, tem profunda relação com os organismos internacionais, seus objetivos e suas finalidades. Segundo Santomé (2003),

É preciso ser consciente de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são instituições supranacionais que, além de forte poder econômico que possuem, também dedicam um esforço enorme para elaborar e promover discursos que possam convencer a população de que o seu trabalho é fruto de um compromisso com o bem-comum, que a sua tarefa é desinteressada e neutra (SANTOMÉ, 2003, p.18).

O discurso utilizado como inocente e neutro tem como principal objetivo arrefecer as conquistas sociais e fortalecer os ideais das classes dominantes, uma vez que, “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

representam os lugares sociais que ocupa” (FLORENCIO, et. al., 2016, p. 27-28), ou seja, o discurso materializa a posição do sujeito ou da instituição que o promove.

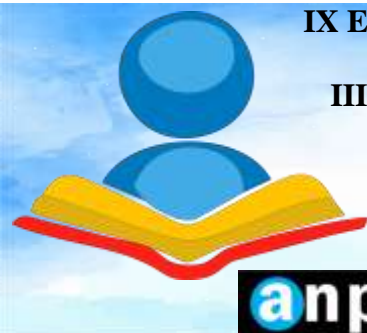
A BNCC apresenta as parcerias entre empresas públicas e privadas traz a materialização da educação aos interesses dos organismos internacionais e do fortalecimento do Estado neoliberal. Uma dessas alianças é a criação do Movimento Pela Base Nacional Comum ocorreu em abril de 2013. O movimento é composto por sujeitos e instituições que tem como principal objetivo facilitar a construção da BNCC. Algumas das instituições que compõem esse grupo são: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), dentre outros.

Essas instituições possuem em comum a participação no Movimento Pela Base Nacional Comum, no Consed e na Undime. A parceria entre instituições públicas e privadas ocorrem constantemente para que sejam promulgados documentos que regulamentem a educação pública brasileira e que estes atendam as suas principais questões. Com isso, reforça o ideário da educação pública voltada para a reprodução dos interesses das classes que dominam o país e do capital financeiro.

Na perspectiva do neoliberalismo, a educação é uma área estratégica que se submete aos interesses do capitalismo e sua finalidade é destinada a atender as ideias da classe dominante, através da articulação entre os organismos internacionais, o Estado e as empresas privadas. Assim, a educação fica atrelada ao modelo de Estado vigente e para cada concepção de Estado tem-se uma concepção de indivíduo. Dessa forma, a educação passa a formar o aluno de acordo com o modelo de Estado e nesse caso é neoliberal, no qual o aluno passa a ser preparado para o mercado de trabalho competitivo e precarizado, priorizando uma educação técnica voltada as demandas do Estado neoliberal e conseqüentemente do capitalismo.

A atuação de instituições privadas na educação pública faz parte do ajuste neoliberal para que seja reproduzido na escola pública os interesses da classe dominante, preparando mão de obra (barata) para atuar no setor privado e assim reproduzir as relações entre os donos dos meios de produção (empregador) e aquele que vende a sua força de trabalho (trabalhador),

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CDDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

perpetuando a exploração de uma classe pela outra. Com isso, a educação vai perdendo seu caráter emancipador e reduzindo-se a treinar o sujeito para o mercado de trabalho.

A BNCC é uma política que vem fortalecer o Estado neoliberal pelo fato de que sua prioridade é a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, isto é, ela reduz a formação apenas a perspectiva técnica, deixando de contemplar e priorizar a criticidade do aluno no espaço escolar. Essas proposições estão atreladas aos interesses dos organismos internacionais, bem como com os acordos que foram firmados para obtenção de financiamento da educação.

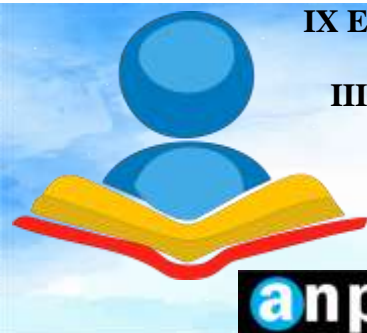
O Brasil ao realizar reformas que atingiram tanto o âmbito do Estado quanto da educação, em sentido mais estrito, buscou modernizar o Estado para atender as demandas do projeto neoliberal, diminuindo os custos dos serviços oferecidos pelas instituições públicas, proporcionando uma maior flexibilização, descentralizando os recursos e desregulamentando os serviços. Dessa forma, a educação vai acompanhando a dinâmica das transformações em seu processo histórico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto no texto, constatamos que a BNCC vem materializar os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais, FMI e o BM, para financiar a educação básica no país, além de ter uma profunda relação com a concretização da reforma do Estado brasileiro que iniciou nos anos de 1990. Para isso, ela reduz a formação do aluno a preparação técnica para que este atue no mercado de trabalho que se intensifica de forma precarizada, influenciando na organização da escola e de todos os fatores que estão envolvidos nesse espaço.

Desse modo, enfatizamos que as políticas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos de 1990 tiveram como direcionamento o fortalecimento do Estado neoliberal, que foi se efetivando ao longo dos anos e notamos que atualmente as ideias do neoliberalismo estão cada vez mais presentes no país, através da privatização dos órgãos públicos, da diminuição das políticas destinadas as áreas sociais e da submissão do Brasil aos interesses da economia global.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM
Programa de Pós-
Graduação em Ensino de
Ciências e Matemática



Ademais, salientamos que a educação é uma área social estratégica e que articula os diversos setores da sociedade, por isso, o interesse em implementar políticas que atendam aos ajustes do processo de neoliberalização, culminando na idealização proposta com os acordos firmados entre o Brasil e os organismos internacionais, visando o fortalecimento das propostas neoliberais no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar segunda versão revista. 3 maio 2016. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Versão final. Brasília, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Políticas públicas de educação: concepções e pesquisas**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et. al. **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano 21, n. 55, nov. 2001, p. 31-41.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.